



Justificativa: Como o próprio nome do programa que se pretende instituir por meio deste projeto de lei, o objetivo da proposição é que a cobrança do IPTU ocorra de forma justa para com aqueles proprietários de imóveis cuja localização não conte com todos os serviços públicos que elenca. Se o proprietário não conta com os serviços, é justo que ele receba diferenciação no pagamento do IPTU. Importante frisar que a aprovação do projeto e sanção da lei não irá trazer impacto financeiro ao município, pois, conforme dados apurados pelo vereador autor com o Executivo por meio do Ofício 01/2021, os valores tributados referentes aos imóveis localizados em logradouros que não possuem infraestrutura totalizam R\$ 109.051,87 (cento e nove mil, cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos), e, em 2019, a arrecadação com o IPTU totalizou R\$ 13.911.945,85 (treze milhões, novecentos e onze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), sendo que, em 2020, o valor totaliza R\$ 15.549.315,48 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e quinze reais e quarenta e oito centavos), ou seja, o valor tributário referente aos imóveis localizados em locais sem infraestrutura não chegará nem a 1% do valor arrecadado, o que é pouco para o município, mas representará muito para os munícipes que serão beneficiados. Além disso, não haverá diminuição na receita. Sendo assim, apresento este projeto e solicito o apoio do Plenário à sua aprovação.